

ESTRATÉGIA

2021
2026



TRE-PI

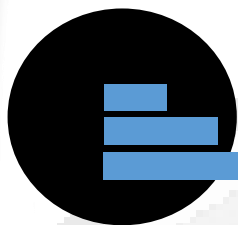
ESTRATÉGIA

2021

2026

Relatório da Estratégia do TRE-PI 2021-2026, seguindo as diretrizes do Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, instituída pela [Resolução CNJ nº 325/2020](#), aprovado em reunião do Conselho de Governança da Estratégia - CONGEST

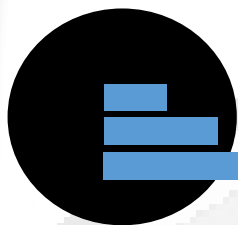




Sumário

Apresentação	<u>4</u>
Alicerces da Estratégia	<u>5</u>
Cadeia de Valor	<u>6</u>
Objetivos Estratégicos	<u>7</u>
Mapa Estratégico	<u>14</u>
Indicadores Estratégicos	<u>15</u>
Fichas de Indicadores	<u>16</u>

TRE-PI



O TRE-PI traçou o seu Plano Estratégico para o período 2021-2026 seguindo as diretrizes da [Resolução CNJ nº 325/2020](#) que estabeleceu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, baseada em macrodesafios focados na entrega de resultados para a sociedade.

MISSÃO

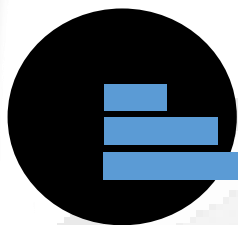
Garantir um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente para fortalecer a democracia.

A realização desse processo se deu de forma democrática e participativa, envolvendo todos os segmentos operacionais do Tribunal de gestores a servidores, culminando na definição de 14 objetivos estratégicos distribuídos em três perspectivas.

Em meio a um cenário desafiador, de panorama mundial, assolado pela pandemia do COVID-19, a equipe do TRE-PI não mediu esforços para pensar, debater e projetar os passos futuros da organização, sempre em busca da excelência na prestação dos serviços jurisdicionais.

O resultado de todo o trabalho está materializado neste documento que reúne a contribuição multidisciplinar, tecnicamente organizada, numa sequência lógica de conteúdo para fácil compreensão do leitor.





OS ALICERCES DA ESTRATÉGIA



MISSÃO

Garantir um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente para fortalecer a democracia

MISSÃO:

A razão de existir da organização.

VISÃO DE FUTURO:

Informa onde a organização pretende chegar em médio e longo prazo com um objetivo claro e compartilhado com as(os) colaboradoras(es).



VISÃO

Consolidar a credibilidade na gestão do processo eleitoral

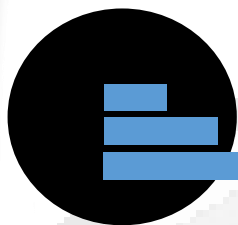


VALORES

*Transparência
Comprometimento
Inovação
Sustentabilidade
Ética
Valorização das pessoas*

VALORES:

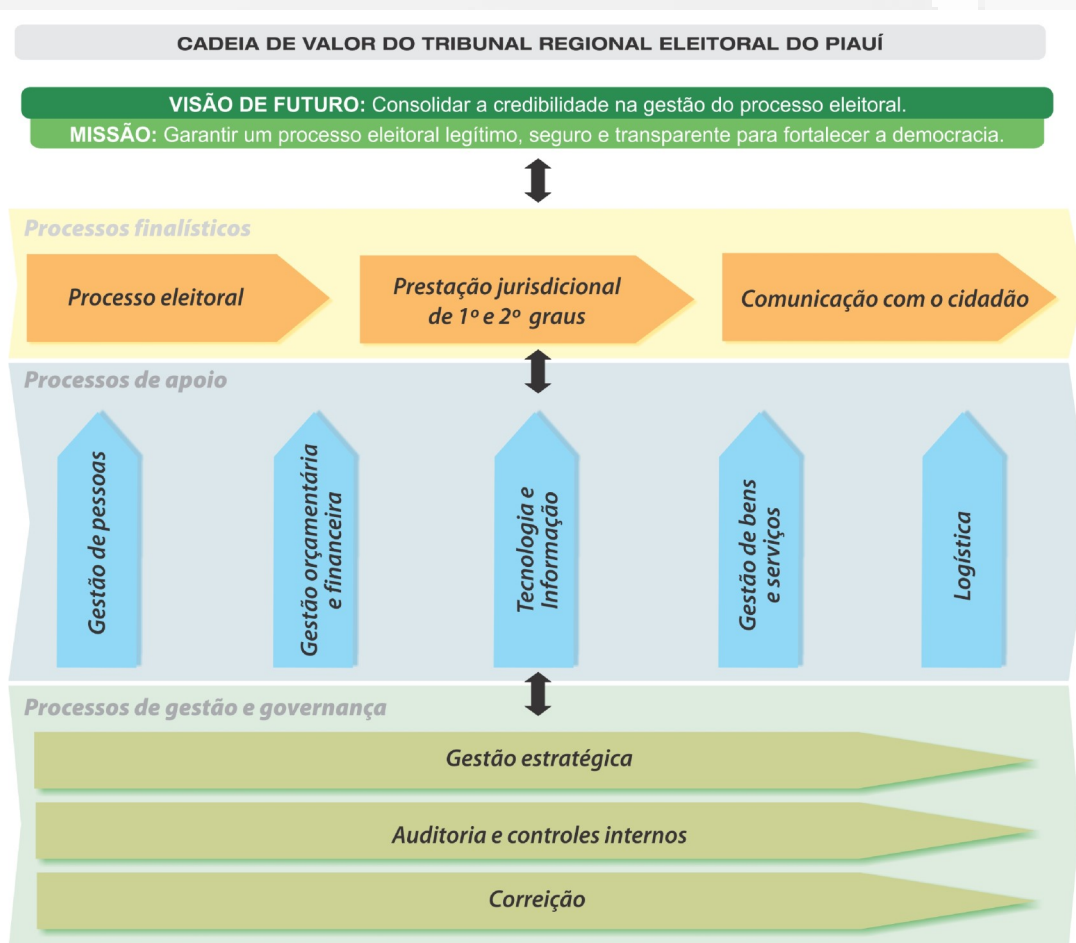
Forjam a cultura organizacional norteando a forma de atuar e as decisões.



CADEIA DE VALOR

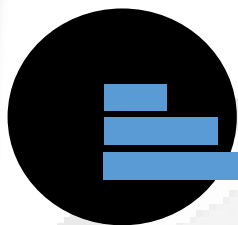
Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor constitui o conjunto de macroprocessos alinhados com a Estratégia, formado pelos processos que, integrados, agregam valor aos resultados entregues pelo TRE-PI à sociedade.



Tribunal Regional Eleitoral
do Piauí

TRE-PI



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

São guias que orientam o Planejamento Estratégico, de forma clara, nos caminhos gerais para o alcance da Visão de Futuro. São os agrupadores dos indicadores de desempenho que mensuram os resultados de forma matemática através de taxas e de índices.

PERSPECTIVA DE RESULTADOS



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar a realização de um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente

Refere-se ao conjunto de ações que efetivamente assegurem o exercício pleno da soberania popular, prevista no art. 14 da Constituição Federal, por meio da realização de um processo eleitoral que seja percebido pelo cidadão como legítimo, seguro e transparente.

MACRODESAFIO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Garantia dos Direitos Fundamentais

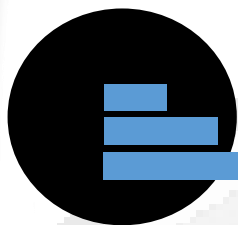
OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover a relação institucional com a sociedade

Trata-se de aperfeiçoar o relacionamento com da sociedade com a Justiça Eleitoral por meio de estratégias de comunicação e interação que fortaleçam a percepção o papel do TRE-PI como instituição garantidora dos direitos, que promove a efetiva atuação interinstitucional integrada e sistêmica, visando à solução de problemas.

MACRODESAFIO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional

Tem por finalidade assegurar a prestação jurisdicional ágil, efetiva e segura e o aumento da produtividade de magistrados e servidores, de modo a garantir o direito constitucional de razoável duração e celeridade na tramitação do processo, estabelecido no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal.

MACRODESAFIO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

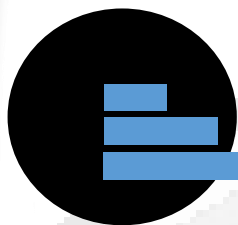
OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover o sistema de precedentes obrigatórios

Trata-se de implantar e consolidar o sistema de precedentes estabelecidos no Código de Processo Civil, a fim de fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, assegurar a coerência e a integridade dos provimentos judiciais e reverter a cultura da excessiva judicialização.

MACRODESAFIO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais

Refere-se ao desafio de garantir proteção ao patrimônio público, à lisura do processo eleitoral, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e ilícitos eleitorais.

MACRODESAFIO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Combate à corrupção e à improbidade administrativa

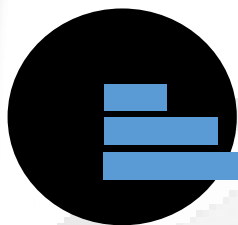
OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aprimorar os mecanismos de transparência, segurança da informação e acesso à informação

Trata-se de garantir que as partes interessadas da sociedade obtenham informações atualizadas e acessíveis sobre ações, estruturas, processos decisórios e resultados do Tribunal, assegurando aos dados organizacionais integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração e controles efetivos dos processos de segurança, de riscos e proteção de dados pessoais.

MACRODESAFIO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Combate à corrupção e à improbidade administrativa



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aperfeiçoar a comunicação interna e externa

Tem por finalidade aprimorar as estratégias de comunicação interna e externa por meio da adoção de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, que fortaleçam a imagem do Tribunal perante as partes interessadas, estabeleçam canais efetivos de comunicação com o público externo e melhorem a integração, a sinergia e o fluxo de informações entre os colaboradores e os diversos níveis hierárquicos da organização.

MACRODESAFIO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

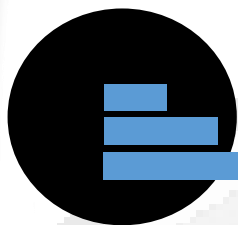
OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover a sustentabilidade e a acessibilidade

Refere-se ao conjunto de atos que visam estimular o uso sustentável de recursos, reduzir o impacto negativo das atividades do Tribunal no meio ambiente, promover qualidade de vida no trabalho e garantir à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida o alcance para utilização, com segurança e autonomia, de serviços, espaços, mobiliários, equipamentos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologia, de uso público ou privados de uso coletivo.

MACRODESAFIO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Garantia dos direitos fundamentais



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fortalecer a 1ª instância da jurisdição

Trata-se de promover a qualidade, a celeridade, a eficiência, a eficácia, a efetividade e o alinhamento estratégico dos serviços prestados nas Zonas Eleitorais do Tribunal, de forma a potencializar a contribuição da 1ª instância de jurisdição para ao alcance dos resultados institucionais.

MACRODESAFIO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

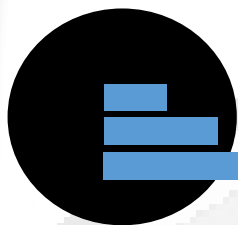
OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aprimorar a governança e a gestão

Tem por finalidade aperfeiçoar as funções de avaliação, direcionamento e monitoramento organizacionais com vistas à melhoria da qualidade das decisões, ao aumento da eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho, com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

MACRODESAFIO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

Trata-se de alinhar as necessidades orçamentárias e financeiras de custeio, de investimento e de pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional e de estabelecer uma cultura de redução de desperdícios para se obter os melhores resultados com os recursos orçamentários e financeiros disponíveis.

MACRODESAFIO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira

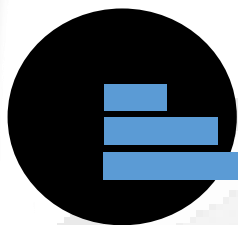
OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover a governança de contratações

Trata-se de aperfeiçoar políticas, processos e práticas de governança para que a gestão de contratações de bens e serviços esteja alinhada às necessidades organizacionais, utilizem de forma eficiente os recursos, otimizem a disponibilidade e o desempenho das aquisições, mitiguem riscos e promovam a sustentabilidade.

MACRODESAFIO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aperfeiçoar a gestão de pessoas

Trata-se de aprimorar políticas, métodos e práticas de gestão de pessoas com vistas a potencializar a contribuição do capital humano para o alcance dos resultados do Tribunal, contemplando, entre outros, a avaliação e o desenvolvimento de competências, a valorização dos colaboradores, a humanização nas relações de trabalho, o estabelecimento de sistemas de reconhecimento e a adequada distribuição da força de trabalho.

MACRODESAFIO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

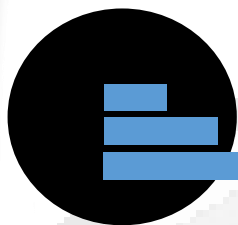
OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fortalecer a governança de TI e a Transformação Digital

Trata-se de aperfeiçoar políticas, programas, projetos, ações e práticas que fortaleçam a governança e a gestão de Tecnologia da Informação (TI), melhorem a infraestrutura tecnológica e ampliem a oferta de serviços públicos digitais de qualidade ao cidadão.

MACRODESAFIO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados



Mapa Estratégico do TRE-PI 2021-2026



Tribunal Regional Eleitoral
do Piauí



VISÃO DE FUTURO

Consolidar a credibilidade na
gestão do processo eleitoral



MISSÃO

Garantir um processo eleitoral legítimo, seguro
e transparente para fortalecer a democracia



VALORES

Transparência | Comprometimento
Inovação | Sustentabilidade |
Ética | Valorização das pessoas



PERSPECTIVA DE RESULTADOS

Assegurar a realização
de um processo eleitoral
legítimo, seguro e transparente

Promover a relação
institucional com
a sociedade



PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

Garantir a agilidade e a
produtividade na
prestação jurisdicional

Promover o sistema de
precedentes obrigatórios

Combater a corrupção, a
improbidade administrativa
e os ilícitos eleitorais

Aprimorar os mecanismos de
transparência, segurança
e acesso à informação

Aperfeiçoar a comunicação
interna e externa

Promover a
sustentabilidade e a
acessibilidade



PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO

Fortalecer a 1ª instância
de jurisdição

Aprimorar a governança
e a gestão

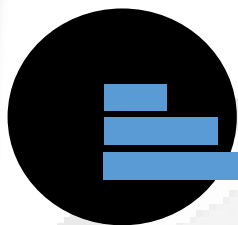
Aperfeiçoar a gestão
orçamentária e financeira

Promover a governança
de contratações

Aperfeiçoar a
gestão de pessoas

Fortalecer a governança de
TI e a Transformação Digital

TRE-PI



INDICADORES ESTRATÉGICOS

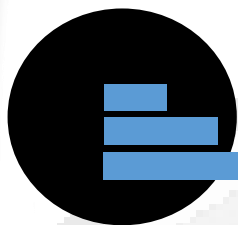
Os indicadores estratégicos constituem os balizadores que servirão para mensurar o desempenho do TRE-PI, em busca de sua Visão de Futuro na jornada para cumprir a sua missão.



Para acompanhar a performance será adotado o modelo de gestão BSC— Balanced Scorecard . A metodologia constitui em desenvolver métricas que permita visualizar a gestão de forma balanceada, integrando variáveis representativas de controles administrativos, gestão de processos, gestão financeira e orçamentária, gestão de Tecnologia da Informação, gestão de Pessoas, bem como de sustentabilidade e inclusão social.

Foram criados 30 indicadores associados aos respectivos Objetivos Estratégicos cuja descrição, forma de cálculo, aplicação e finalidade de cada um estão detalhadas nas Fichas de Indicadores, destacadas adiante.





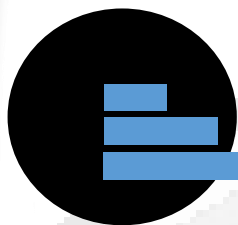
FICHAS DE INDICADORES

FICHA INDICADOR

Nome do Indicador :	Índice de percepção da sociedade quanto à condução do processo eleitoral.					
Objetivo Estratégico:	Assegurar a realização de um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente.					
Descrição (o que mede)	Aferir o nível de percepção positiva dos serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral do Piauí.					
Tipo de indicador (Classificação)	Resultado					
Fórmula (como medir)	Percentual de favorabilidade dos serviços eleitorais					
Periodicidade (quando)	Ano eleitoral					
Unidade responsável pelo cumprimento	DG / SAOF/ ASPLAN					
Unidade responsável pela medição	Núcleo de Estatística					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto maior melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Questionário de pesquisa.					
Metas	2021 -	2022: 70%	2023: -	2024: 80%	2025: -	2026: 90%
Histórico da meta (se houver)	2020:		2019:		2018:	
Observação da unidade	Será aplicado questionário de pesquisa de avaliação do nível de percepção dos eleitores, em ano eleitoral, a partir das eleições 2022, por meio de empresa especializada. Para tanto, será necessário apoio integral da Presidência, Diretoria Geral e da Secretaria de Administração.					
Iniciativas relacionadas	Contratação de empresa especializada em pesquisas.					
Aplicabilidade imediata?	Não					

FICHA INDICADOR

Nome do Indicador	Índice de satisfação do usuário com os serviços prestados pelo TRE-PI					
Objetivo Estratégico:	Promover a relação institucional com a sociedade					
Descrição (o que mede)	Aferir o percentual de avaliações positivas na pesquisa de satisfação					
Tipo de indicador (Classificação)	Resultado					
Fórmula (como medir)	Média geral dos índices de avaliação positiva nos quesitos avaliados					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	Ouvidoria					
Unidade responsável pela medição	Ouvidoria					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto maior melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Sistema de Pesquisa de Satisfação do Usuário					
Metas	2021 (a partir de julho): 95%	2022: 95,2%	2023: 95,4%	2024:95,6 %	2025: 95,8%	2026: 96%
Histórico da meta (se houver)	2020:		2019: 95%		2018:	
Observação da unidade	Na pesquisa de satisfação são avaliados vários quesitos relacionados ao atendimento presencial e remoto. Neles o usuário pode atribuir nota ou avaliar as afirmações. Cada quesito tem um índice de satisfação. A média dos índices resultará no índice de satisfação do usuário.					
Iniciativas relacionadas	Fomentar a capacitação dos servidores para atendimento do usuário dos serviços; fomentar a melhoria contínua do processo de atendimento ao usuário.					
Aplicabilidade imediata?	Sim					



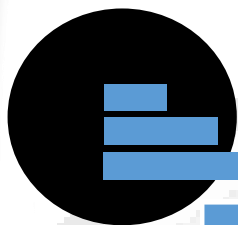
FICHAS DE INDICADORES

FICHA INDICADOR

Nome do Indicador	Índice de atendimento à demanda					
Objetivo Estratégico:	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição (o que mede)	Afere a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%. Computar os processos de 2ª grau, somando-se os casos de conhecimento e de execução.					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	IAD=Tbaix/Cn Tbaix: Total Baixados - Cn: Casos Novos					
Periodicidade (quando)	Semestral					
Unidade responsável pelo cumprimento	SJ					
Unidade responsável pela medição	GABINETE CORPAD					
Polaridade (quanto maior/menor, melhor)	Quanto maior melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Processo Judicial Eleitoral/SISTEMA ATENA, levando-se em consideração as fórmulas e os glossários da Resolução CNJ n. 76/2009, bem como a parametrização do Justiça em Números.					
Metas	2021 (a partir de julho): 100%	2022: 100%	2023: 100%	2024: 100%	2025: 100%	2026: 100%
Histórico da meta (se houver)	2020: 100%		2019:		2018: 109,7%	
Observação da unidade	As classes judiciais a serem consideradas são as constantes no glossário JUSTIÇA EM NÚMEROS					
Iniciativas relacionadas	Estabelecer política de uniformização de atos processuais Estabelecer uma política de controle e apoio da tramitação processual Aprimorar a comunicação com as partes interessadas					
Aplicabilidade imediata?	Sim					

FICHA INDICADOR

Nome do Indicador	Taxa de congestionamento das execuções fiscais					
Objetivo Estratégico:	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição (o que mede)	Afere o percentual de casos de execução fiscal que permaneceram pendentes de solução ao final do período-base, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados) durante o período-base					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	$TCE_{Ext}FISC= CPE_{Ext}(fisc1)/(CPE_{Ext}(fisc1)+TBaixExt(Fisc1)$					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	Zonas Eleitorais					
Unidade responsável pela medição	CRE					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto menor, melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (Datajud), levando-se em consideração as fórmulas e os glossários da Resolução CNJ n. 76/2009, bem como a parametrização do Justiça em Números.					
Metas	2021: 65 %	2022: 60 %	2023: 58 %	2024: 56 %	2025: 53 %	2026: 50 %
Histórico da meta (se houver)	2020:		2019:		2018:	
Observação da unidade	As metas anuais serão definidas oportunamente					
Iniciativas relacionadas	Força de trabalho / Força tarefa para apoio às atividades relacionadas a processos nas zonas eleitorais					
Aplicabilidade imediata?	Não					



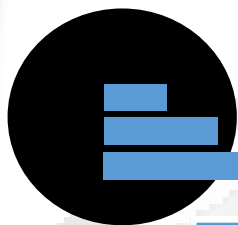
FICHAS DE INDICADORES

FICHA INDICADOR

Nome do Indicador	Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais					
Objetivo Estratégico:	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição (o que mede)	Afere o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais. Computar os processos de 2º grau, somando-se os casos de conhecimento e de execução judicial e extrajudicial não fiscal.					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	TCL= (Cp-CpExt(fisc1)-SusNFisc)/(TBaix-TBaixExt(fisc1)+CpExt(fisc1)-SusNFisc) Cp – Total de casos pendentes; CpExtFisc1 – Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau; SusNFisc – Total de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, exceto os processos de Execução Fiscal; T Baix – Total de processos baixados; e T BaixExtFisc1 – Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau Fórmula para o 2º grau: TCL= (Cp-SusNFisc)/(TBaix+Cp-SusNFisc)					
Periodicidade (quando)	Semestral					
Unidade responsável pelo cumprimento	SJ					
Unidade responsável pela medição	GABINETE CORPAD					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto menor melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Processo Judicial Eletrônico/SISTEMA ATENA					
Metas	2021 (a partir de julho): 50%	2022: 50%	2023:50%	2024:50%	2025:50%	2026:50%
Histórico da meta (se houver)	2020:	2019:		2018:		
Observação da unidade	As classes judiciais a serem consideradas são as constantes no glossário da JUSTIÇA EM NÚMEROS. INDICADOR NOVO					
Iniciativas relacionadas	Estabelecer política de uniformização de atos processuais Estabelecer uma política de controle e assessoramento da tramitação processual Intensificar a comunicação com as partes interessadas					
Aplicabilidade imediata?	Sim					

FICHA INDICADOR

Nome do Indicador	Tempo de tramitação dos processos pendentes, considerando as fases dentro do judiciário					
Objetivo Estratégico:	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição (o que mede)	Afere o tempo de duração dos casos pendentes, decorrido entre a data da autuação/recebimento até o último dia do ano-base, descontados os tempos processuais em que os processos permaneceram fora do Poder Judiciário, como, por exemplo, com o Ministério Público, com as partes etc. A medição desse indicador ocorrerá após 12 meses da implantação das Tabelas Processuais Unificadas de Documentos pelo CNJ					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	A ser definida oportunamente					
Periodicidade (quando)	Semestral					
Unidade responsável pelo cumprimento	CORPAD					
Unidade responsável pela medição	GABINETE CORPAD					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto menor melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Processo Judicial Eletrônico /SISTEMA ATENA					
Metas	2021: -	2022: -	2023: -	2024: -	2025: -	2026: -
Histórico da meta (se houver)	2020:		2019:		2018:	
Observação da unidade	CNJ ainda não publicou a fórmula para este indicador. Para estarmos em sincronia com os dados do CNJ, aguardaremos posicionamento oficial do órgão para adesão do TRE/PI. A fórmula e as metas anuais serão definidas oportunamente.					
Iniciativas relacionadas	Estabelecer política de uniformização de atos processuais Estabelecer uma política de controle e assessoramento da tramitação processual Aprimorar a comunicação com as partes interessadas					
Aplicabilidade imediata?	Não					



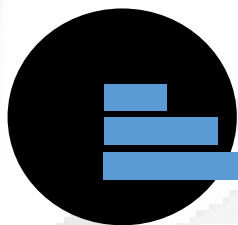
FICHAS DE INDICADORES

FICHA INDICADOR

Nome do Indicador	Tempo médio entre a afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência (IAC)					
Objetivo Estratégico:	Promover o sistema de precedentes obrigatórios					
Descrição (o que mede)	Afere o tempo decorrido entre a afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência (IACs), em relação ao total de IACs com acórdãos publicados no ano.					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	TpSentiIAC= $\sum (SentiIAC/i=1)(DtAcordaoIAC-DtAdmisIAC)/SentiIAC$ DtAcordaoIAC – Data de publicação do acórdão no Incidente de Assunção de Competência (IAC); DtAdmisIAC – Data da afetação/admissão do Incidente de Assunção de Competência (IAC); SentiIAC – Total de Incidentes de Assunção de Competência (IAC) com acórdãos publicados no ano					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	SJ					
Unidade responsável pela medição	COJURD/COSAP					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto menor melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Banco de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (BPR).					
Metas	2021: -	2022: 365 dias	2023: 365 dias	2024: 365 dias	2025: 365 dias	2026: 365 dias
Histórico da meta (se houver)	2020:		2019:		2018:	
Observação da unidade						
Iniciativas relacionadas	Implementar o sistema de precedentes obrigatório no TRE-PI					
Aplicabilidade imediata?	Não					

FICHA INDICADOR

Nome do Indicador	Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas					
Objetivo Estratégico:	Promover o sistema de precedentes obrigatórios					
Descrição (o que mede)	Afere o tempo decorrido entre a afetação/admissão e publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs), em relação ao total de IRDRs com acórdãos publicados no ano					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	$TpSentiIRDR=\sum (SentiIRDR/i=1)(DtAcordaoIRDRi-DtAdmisIRDRi)/SentiIRDR$ DtAcordaoIRDR – Data de publicação do acórdão no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR); DtAdmisIRDR – Data da afetação/admissão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR); SentiIRDR – Total de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com acórdãos publicados no ano.					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	SJ					
Unidade responsável pela medição	COJURD/COSAP					
Polaridade (quanto maior/menor, melhor)	Quanto menor melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Banco de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (BPR).					
Metas	2021: -	2022: 365 dias	2023: 365 dias	2024: 365 dias	2025: 365 dias	2026: 365 dias
Histórico da meta (se houver)	2020:	2019:		2018:		
Observação da unidade						
Iniciativas relacionadas	Implementar o sistema de precedentes obrigatório no TRE-PI					
Aplicabilidade imediata?	Não					

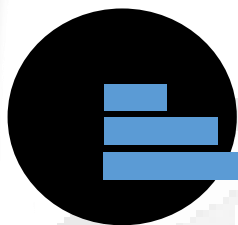


FICHAS DE INDICADORES

FICHA INDICADOR						
Nome do Indicador	Tempo médio entre o trânsito em julgado/ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese					
Objetivo Estratégico:	Promover o sistema de precedentes obrigatórios					
Descrição (o que mede)	Afere o tempo decorrido entre o trânsito em julgado/sentença de mérito de um precedente e o julgamento dos respectivos processos suspensos, em relação ao total de processos que estavam sobrestados e foram julgados após julgamento do precedente.					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	$TepSentSobr = \sum (SentSobr/i=1)(DtTransJulgSobr - DtSentPreci)/SentSobr$ DtTransJulgSobr – Data de trânsito em julgado do processo sobrestado; DtSentPrec – Data da sentença de mérito do precedente; e SentSobr – Total de processos julgados que estavam sobrestados por determinado precedente já julgado.					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	SJ					
Unidade responsável pela medição	COJURD/COSAP					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto menor melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Banco de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (BPR).					
Metas	2021: -	2022: 365 dias	2023: 365 dias	2024: 365 dias	2025: 365 dias	2026: 365 dias
Histórico da meta (se houver)	2020:		2019:		2018:	
Observação da unidade						
Iniciativas relacionadas	Implementar o sistema de precedentes obrigatório no TRE-PI					
Aplicabilidade imediata?	Não					

FICHA INDICADOR						
Nome do Indicador	Tempo de tramitação dos processos administrativos disciplinares					
Objetivo Estratégico:	Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais					
Descrição (o que mede)	Afere o percentual de Processos Administrativos Disciplinares baixados em relação ao acervo de Processos Administrativos Disciplinares no tribunal, no período.					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	Número de PADs baixados = PADs baixados/ (PADs pendentes+PADs novos)					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	SGP / CRE / PRESIDENCIA (Gabinete da Presidência)					
Unidade responsável pela medição	SEREF					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto maior, melhor					
Fonte de dados (onde medir)	SEI e PJe					
Metas	2021 (a partir de julho): 0,4	2022: 0,4	2023: 0,5	2024: 0,5	2025: 0,6	2026: 0,6
Histórico da meta (se houver)	2020:	2019:	2018:			
Observação da unidade	A Presidência, CRE e STI, bem como a Comissão respectiva prestará apoio à SGP quanto ao cumprimento e mensuração deste indicador					
Iniciativas relacionadas	Disponibilização de instruções sobre processo administrativo disciplinar aos servidores; Realização de capacitações promovidas pelo próprio TRE ou em parceria com outros órgãos.					
Aplicabilidade imediata?	Sim					

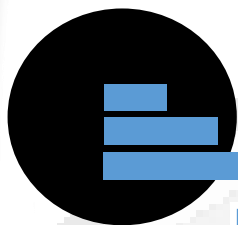
TRE-PI



FICHAS DE INDICADORES

FICHA INDICADOR						
Nome do Indicador:	Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais					
Objetivo Estratégico:	Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais					
Descrição (o que mede)	Aferir o tempo de duração dos casos pendentes, decorrido entre a data da autuação/recebimento até o último dia do ano-base, dos processos de corrupção, improbidade administrativa e de ilícitos eleitorais pendentes.					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	$TpCpICE = \sum (CpICE/i=1) (DtRef - Data Autuação o/Recebimento) / CpICE$ <p>CpICE – total de casos pendentes nos processos de corrupção, improbidade administrativa e de ilícitos eleitorais pendentes;</p> <p>DtRef – data base de cálculo; e</p> <p>Data Autuação/Recebimento – data do início dos processos de corrupção, improbidade administrativa e de ilícitos eleitorais.</p>					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	2º Grau: SJ					
Unidade responsável pela medição	GABINETE CORPAD					
Polaridade (quanto maior/menor, melhor)	Quanto menor, melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Processo Judicial Eletrônico/SISTEMA ATENA, levando-se em consideração as fórmulas e os glossários da Resolução CNJ n. 76/2009 e a parametrização do Justiça em Números, a ser aplicada conforme Classes, Assuntos e Movimentos da TPU especificados					
Metas	2021: -	2022: 12 meses	2023:12 meses	2024: 12 meses	2025:12 meses	2026: 12 meses
Histórico da meta (se houver)	2020:	2019:		2018:		
Observação da unidade	Classes a serem medidas: AÇÃO PENAL ELEITORAL, RECURSO CRIMINAL, AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL, AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO, REPRESENTAÇÕES ESPECIAIS. INDICADOR NOVO					
Iniciativas relacionadas	Estimular a participação e o controle social Estabelecer política de uniformização de atos processuais Estabelecer uma política de controle e apoio da tramitação processual Implementar medidas administrativas para melhoria e fiscalização do gasto público Implantação do Núcleo de Acompanhamento de Estatísticas Processuais do Segundo Grau					
Aplicabilidade imediata?	Não					

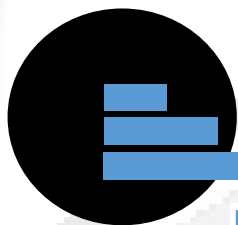
FICHA INDICADOR						
Nome do Indicador:	Índice de prescrição					
Objetivo Estratégico:	Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais					
Descrição (o que mede)	Aferir a razão entre o total de julgamentos por prescrição em relação ao total de julgamentos de processos relativos à Improbidade Administrativa, à Corrupção e aos Ilícitos Eleitorais, conforme tabelas de classes e assuntos constante do anexo I.					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	Índice de Prescrição = Julgamento com prescrição/SentC Julgamentos com prescrição = Processos computados em SentC que receberam os movimentos 471 (para os casos de improbidade) e 11879 e 11878 (corrupção e ilícitos eleitorais); e SentC = sentenças de conhecimento.					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	SJ					
Unidade responsável pela medição	GABINETE CORPAD					
Polaridade (quanto maior/menor, melhor)	Quanto menor, melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Processo Judicial Eletrônico (PJe)					
Metas	2021: -	2022: 5%	2023: 4%	2024: 3%	2025: 2%	2026: 1%
Histórico da meta (se houver)	2020:	2019:	2018:			
Observação da unidade	As classes judiciais a serem consideradas são as constantes no glossário da JUSTIÇA EM NÚMEROS					
Iniciativas relacionadas	Estabelecer política de uniformização de atos processuais Estabelecer uma política de controle e apoio da tramitação processual Aprimorar a comunicação com as partes interessadas					
Aplicabilidade imediata?	Não					



FICHAS DE INDICADORES

FICHA INDICADOR						
Nome do Indicador:	Índice de aderência à política de segurança da informação					
Objetivo Estratégico:	Aprimorar os mecanismos de transparência, segurança e acesso à informação					
Descrição (o que mede)	Refere-se ao cumprimento dos requisitos da Política de Segurança da Informação do TRE-PI					
Tipo de indicador (Classificação)	Resultado					
Fórmula (como medir)	Quantidade de requisitos cumpridos (QRC)/Total de requisitos (Total de requisitos). Para efeito de medição do indicador serão considerados requisitos todos os artigos da PSI. Cada parágrafo do artigo também será considerado um requisito desde que ele trate uma situação de exceção.					
Periodicidade (quando)	Semestral					
Unidade responsável pelo cumprimento	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Unidade responsável pela medição	Coordenadoria de Desenvolvimento e Infraestrutura					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quando maior melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Planilha de requisitos, baseados na Política de Segurança da Informação (PSI)					
Metas	2021 (a partir de julho): 85%	2022: 90%	2023: 92%	2024:93%	2025:94%	2026: 95%
Histórico da meta (se houver)	2020: 95% (Metas do PETI)		2019: 90%		2018: 85%	
Observação da unidade	Há previsão de nova publicação de PSI da Justiça Eleitoral					
Iniciativas relacionadas	Aprimorar a política de segurança da informação					
Aplicabilidade imediata?	Sim					

FICHA INDICADOR						
Nome do Indicador:	Índice de transparência					
Objetivo Estratégico:	Aprimorar os mecanismos de transparência, segurança e acesso à informação					
Descrição (o que mede)	Afere o percentual obtido no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído por Resolução do Conselho Nacional de Justiça					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	Média ponderada dos itens avaliados, conforme requisitos e pesos em vigor detalhados na normativa mais recente.					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	Ouvidoria, SGP, SAOF, ASPLAN, COCIN, Comissões Permanentes, IMCOS, NAI, NSA,					
Unidade responsável pela medição	ASPLAN					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto maior, melhor					
Fonte de dados (onde medir)	CNJ/DGE, em < https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/ranking-da-transparencia/ >.					
Metas	2021 (a partir de julho): 90%	2022: 95%	2023: 97%	2024: 99%	2025: 100%	2026: 100%
Histórico da meta (se houver)	2020: 85%		2019:		2018:	
Observação da unidade	-					
Iniciativas relacionadas	- Promover a transparência de Informações para o público interno e externo - Promover ação para capacitação e habilitação de servidores de todas as unidades para publicação na intranet e internet.					
Aplicabilidade imediata?	Sim					



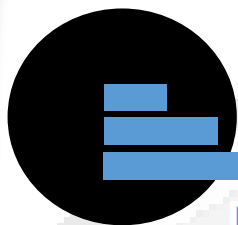
FICHAS DE INDICADORES

FICHA INDICADOR

Nome do Indicador:	Índice de satisfação com o atendimento prestado pela ouvidoria					
Objetivo Estratégico:	Aperfeiçoar a comunicação interna e externa					
Descrição (o que mede)	Aferir o percentual de avaliações positivas com o atendimento prestado pela Ouvidoria					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	Média geral dos índices de avaliação positiva nos quesitos avaliados					
Periodicidade (quando)	Semestral					
Unidade responsável pelo cumprimento	Ouvidoria					
Unidade responsável pela medição	Ouvidoria					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto maior melhor					
Fonte de dados (onde medir)	SEI					
Metas	2021 (a partir de julho): 92%	2022: 91%	2023: 93%	2024: 92%	2025: 94%	2026: 93%
Histórico da meta (se houver)	2020:90%		2019: 93,38%		2018: 87%	
Observação da unidade	Na pesquisa de satisfação são avaliados três quesitos, nos quais o usuário pode avaliar como positivo (ótimo e bom) ou negativo (ruim e péssimo). Cada quesito tem um índice de satisfação. A média dos índices resultará no índice de satisfação com o atendimento.					
Iniciativas relacionadas	Capacitação dos servidores da ouvidoria; atualização do manual de atendimento da ouvidoria; melhoria contínua do processo de atendimento ao usuário.					
Aplicabilidade imediata?	Sim					

FICHA INDICADOR

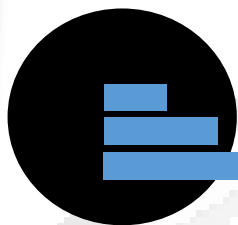
Nome do Indicador:	Índice de notícias do TRE-PI disponibilizadas na mídia					
Objetivo Estratégico:	Aperfeiçoar a comunicação interna e externa					
Descrição (o que mede)	Notícias veiculadas no site do TRE-PI e posts publicados nas mídias sociais (Instagram e Facebook)					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	Quantidade de notícias veiculadas no site do TRE-PI e posts publicados nas mídias sociais (Instagram e Facebook)					
Periodicidade (quando)	Trimestral					
Unidade responsável pelo cumprimento	Titular da unidade de Imprensa de Comunicação Social - IMCOS					
Unidade responsável pela medição	IMCOS					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto maior melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Site TRE-PI e métricas das mídias sociais					
Metas	2021 (a partir de julho): 10%	2022: 10%	2023: 10%	2024: 10%	2025: 10%	2026: 10%
Histórico da meta (se houver)	2020: 10%		2019: 9%		2018:98%	
Observação da unidade	Percentual medido em comparação ao antepenúltimo ano (ou seja, ano eleitoral medido em comparação com ano não eleitoral anterior e ano eleitoral medido em comparação ao ano eleitoral anterior). A meta em si gera um aumento gradativo e contínuo.					
Iniciativas relacionadas	- Criar política de comunicação no âmbito do TRE-PI - Intensificar as ações de capacitação de servidores em comunicação institucional - Criação de um Fórum organizado por administradores de cada setor que organizem as informações					
Aplicabilidade imediata?	Sim					



FICHAS DE INDICADORES

FICHA INDICADOR						
Nome do Indicador:	Índice de satisfação com a comunicação interna					
Objetivo Estratégico:	Aperfeiçoar a comunicação interna e externa					
Descrição (o que mede)	Afere o nível de satisfação dos servidores e magistrados com a comunicação interna					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	Percentual de favorabilidade de comunicação interna (PFCI)					
Periodicidade (quando)	Semestral					
Unidade responsável pelo cumprimento	STI e SGP					
Unidade responsável pela medição	Titular da unidade de Imprensa de Comunicação Social - IMCOS					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto maior melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Pesquisa de satisfação					
Metas	2021 (a partir de julho): 70%	2022: 71%	2023: 72%	2024: 73%	2025: 74%	2026: 75%
Histórico da meta (se houver)	2020: 90%		2019:		2018:	
Observação da unidade	Pesquisa realizada junto aos servidores por meio de sistema próprio. A meta é atingir 70% de aprovação e satisfação com a comunicação interna.					
Iniciativas relacionadas	- Criar política de comunicação no âmbito do TRE-PI - Intensificar as ações de capacitação de servidores em comunicação institucional - Criação de um Fórum organizado por administradores de cada setor que organizem as informações					
Aplicabilidade imediata?	Sim					

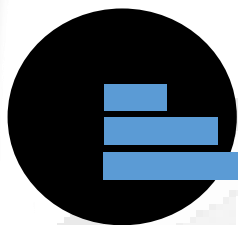
FICHA INDICADOR						
Nome do Indicador:	Índice de alcance das metas socioambientais					
Objetivo Estratégico:	Promover a sustentabilidade e a acessibilidade					
Descrição (o que mede)	Afere o percentual de alcance das metas estabelecidas no PLS (Plano de Logística Sustentável)					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	Total de metas* alcançadas / total de metas *Metas: água, energia, papel, veículos, copos descartáveis, resíduos sólidos, telefonia					
Periodicidade (quando)	Trimestral					
Unidade responsável pelo cumprimento	SAOF					
Unidade responsável pela medição	NSA					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto maior melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Sistema de gastos; faturas e planilhas das variáveis socioambientais das unidades do TRE-PI (Sede , anexo,e Cartórios Eleitorais da Capital e do Interior)					
Metas	2021 (a partir de julho): 70%	2022: 75%	2023: 80%	2024: 85%	2025: 90%	2026: 95%
Histórico da meta (se houver)	2020: 64%		2019:		2018:34%	
Observação da unidade	Promover o fortalecimento da conscientização acerca da sustentabilidade					
Iniciativas relacionadas	Campanhas, Palestras, Cursos com intuito de fortalecer uma conscientização mais sustentável; projeto energia sustentável					
Aplicabilidade imediata?	Sim					



FICHAS DE INDICADORES

FICHA INDICADOR						
Nome do Indicador:	Índice de cumprimento das determinações de inspeções e correições					
Objetivo Estratégico:	Fortalecer a 1ª instância de jurisdição					
Descrição (o que mede)	Afere o percentual de determinações constantes dos relatórios de inspeções e correições.					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	Total de determinações cumpridas /Total de determinações					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	Zonas Eleitorais; CRE e unidades administrativas do Tribunal.					
Unidade responsável pela medição	SEOZIC / CRE					
Polaridade (quanto maior/menor, melhor)	Quanto maior melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Relatórios de inspeções e correições; SICEL; SEI.					
Metas	2021: -	2022: 25%	2023: 30%	2024: 40%	2025: 50%	2026: 60%
Histórico da meta (se houver)	2020:		2019:		2018:	
Observação da unidade	Verificação de atendimento às determinações oriundas das inspeções e de adoção de providências para as sugestões ou observações oriundas das correições					
Iniciativas relacionadas	Realização de reuniões periódicas das unidades responsáveis pelo cumprimento das determinações superiores.					
Aplicabilidade imediata?	Não					

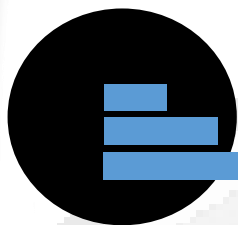
FICHA INDICADOR						
Nome do Indicador:	Índice de desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade no eixo "Governança"					
Objetivo Estratégico:	Aprimorar a governança e a gestão					
Descrição (o que mede)	Afere o percentual da pontuação alcançada no eixo "Governança", conforme regulamento em vigor do Prêmio CNJ de Qualidade, em relação à pontuação total desse eixo.					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	$\text{Prêmio(gov-dados)} = (\text{Soma da potuação alcançada nos eixos "Governança"} / \text{Soma da pontuação máxima nos eixos "Governança"}) * 100$					
Periodicidade (quando)	ANUAL					
Unidade responsável pelo cumprimento	ASPLAN, CGRP 1º GRAU, COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA, COMISSÃO DE MEMÓRIA, COMISSÃO DE ASSÉDIO MORAL					
Unidade responsável pela medição	ASPLAN					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto maior, melhor.					
Fonte de dados (onde medir)	Portaria que regulamenta o Prêmio CNJ de Qualidade e informações encaminhadas pelo CNJ para avaliação da premiação.					
Metas	2021 (a partir de julho): 75%	2022: 80%	2023: 85%	2024: 87%	2025: 89%	2026: 92%
Histórico da meta (se houver)	2020: 60,87%		2019: -		2018: -	
Observação da unidade						
Iniciativas relacionadas	- Aperfeiçoar ações de promoção do uso sustentável de recursos naturais e bens públicos - Aperfeiçoar a qualidade de vida no ambiente de trabalho - Aprimorar instrumentos de governança					
Aplicabilidade imediata?	Sim					



FICHAS DE INDICADORES

FICHA INDICADOR						
Nome do Indicador:	Índice de governança organizacional pública (IGG)					
Objetivo Estratégico:	Aprimorar a governança e a gestão					
Descrição (o que mede)	Nível de maturidade da governança pública segundo critérios do TCU					
Tipo de indicador (Classificação)	(x) Resultado () Desempenho					
Fórmula (como medir)	Critérios da autoavaliação de governança atendidos pelo TRE-PI/Total de pontos do critério de autoavaliação de govenança do TCU.					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	Secretarias; Ouvidoria; IMCOS					
Unidade responsável pela medição	Escritório de Processos e da Qualidade – EPQ/ASPLAN					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto maior, melhor.					
Fonte de dados (onde medir)	Questionário de governança pública-TCU/autogovernança e Relatórios respectivos					
Metas	2021: -	2022: 40%	2023: 43%	2024: 46%	2025: 49%	2026: 52%
Histórico da meta (se houver)	2020: não medido		2019: não medido		2018:35%	
Observação da unidade	Encontra-se em processo de coleta de dados a avaliação do TCU 2021, e a próxima medição será realizada somente em 2022 por meio do uso da ferramenta de autoavaliação do referido órgão de contas.					
Iniciativas relacionadas	Aprimorar Instrumentos de Governança Promover inovação Promover a transparência de Informações Internas Promover ações para a implementação das boas práticas de governança relacionadas no questionário do TCU					
Aplicabilidade imediata?	Não					

FICHA INDICADOR						
Nome do Indicador:	Índice de cumprimento das recomendações de auditorias do exercício anterior					
Objetivo Estratégico:	Aprimorar a governança e a gestão					
Descrição (o que mede)	Aferir o percentual de recomendações, acolhidas pela Presidência, cumpridas no prazo					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	Total de recomendações cumpridas até o ano subsequente ao que foram acolhidas/Total de recomendações acolhidas					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	Unidades auditadas					
Unidade responsável pela medição	Titular da Seção de Auditoria de Gestão Administrativa					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto maior melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Relatórios de Monitoramento das Auditorias					
Metas	2021 (a partir de julho): 50%	2022: 50%	2023: 60%	2024: 70%	2025: 80%	2026: 90%
Histórico da meta (se houver)	2020: 70%		2019: 70%		2018:70%	
Observação da unidade	A unidade é responsável apenas pela medição, devendo as ações para o cumprimento serem estabelecidas pela Alta Administração					
Iniciativas relacionadas	Realização de reuniões periódicas das unidades auditadas para tratar das recomendações específicas e dar retorno para Alta Administração					
Aplicabilidade imediata?	Sim					



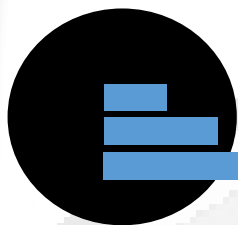
FICHAS DE INDICADORES

FICHA INDICADOR

Nome do Indicador	Índice de aderência orçamentária					
Objetivo Estratégico:	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira					
Descrição (o que mede)	Aferir o percentual de execução de acordo com o planejado					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	Orçamento Discricionário Executado Fiel ao Planejado / Orçamento Discricionário Autorizado no Exercício (LOA + Créditos). Total do Orçamento Discricionário Executado em Acordo com a Programação Orçamentária ÷ Orçamento Discricionário Autorizado Obs. 1: Serão considerados Recursos Orçamentários todos aqueles disponibilizados por ocasião da LOA bem como os créditos adicionais autorizados pelo TSE para custeio e investimento.					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	Titular da COOF					
Unidade responsável pela medição	COOF					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto maior melhor					
Fonte de dados (onde medir)	SIAFI					
Metas	2021: 70%	2022: 70%	2023: 70%	2024: 70%	2025: 70%	2026: 70%
Histórico da meta (se houver)	2020: 70%		2019: 70%		2018:70%	
Observação da unidade						
Iniciativas relacionadas	Ações participativas para melhorar a aderência orçamentária					
Aplicabilidade imediata?	Sim					

FICHA INDICADOR

Nome do Indicador:	Índice de perdas orçamentárias					
Objetivo Estratégico:	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira					
Descrição (o que mede)	Aferir a relação entre o valor não executado e o valor disponibilizado.					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	Índice de Perdas Orçamentárias = Orçamento Discricionário não Executado / Orçamento Discricionário Autorizado no Exercício (LOA + Créditos).					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	Titular da COOF					
Unidade responsável pela medição	COOF					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto menor melhor					
Fonte de dados (onde medir)	SIAFI					
Metas	2021: 2%	2022: 2%	2023: 2%	2024: 2%	2025: 2%	2026: 2%
Histórico da meta (se houver)	2020: 2%		2019: 2%		2018:2%	
Observação da unidade	-					
Iniciativas relacionadas	Ações participativas para reduzir as perdas orçamentárias					
Aplicabilidade imediata?	Sim					

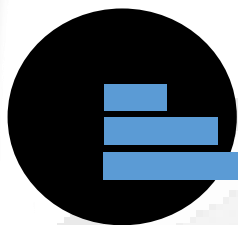


FICHAS DE INDICADORES

FICHA INDICADOR						
Nome do Indicador:	Índice de Governança de Contratações (iGovContrat)					
Objetivo Estratégico:	Promover a governança de contratações					
Descrição (o que mede)	Aferir o nível de maturidade da governança das contratações do TRE-PI					
Tipo de indicador (Classificação)	Resultado					
Fórmula (como medir)	Índice de Governança pública conforme metodologia do TCU					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	COCONP/COAAD					
Unidade responsável pela medição	SAOF					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto maior melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Questionário de governança/gestão - TCU e Relatórios respectivos					
Metas	2021 (a partir de julho): 35%	2022: 40%	2023: 50%	2024: 60%	2025: 70%	2026: 80%
Histórico da meta (se houver)	2020: Não houve medição 2019: Não houve medição 2018: 35%					
Observação da unidade	Esse índice é gerado pela combinação dos resultados obtidos em "Governança das Contratações" (GovContrat) com o "Índice de Gestão das Contratações" (IGestContrat). A aplicabilidade será feita por meio do questionário de governança – iGG-TCU/2021 e, nos anos em que não houver aplicação pelo próprio TCU, a medição será feita diretamente pela TRE-PI, utilizando-se do questionário disponível na página do TCU					
Iniciativas relacionadas	1. Aplicar o questionário de governança disponível na página do TCU, com base nos critérios estabelecidos pelo órgão de controle externo para fins de medição de iGG; 2) Elaborar Plano de Ação objetivando melhorar a meta proposta, focando nos itens de gestão não atendidos pelo TRE-PI, na avaliação de governança do TCU.(EX: mapeamentos dos riscos das contratações).					
Aplicabilidade imediata?	Sim					

FICHA INDICADOR						
Nome do Indicador:	Taxa de aderência ao Plano Anual de Contratação					
Objetivo Estratégico:	Promover a governança de contratações					
Descrição (o que mede)	Aferir a taxa de contratações executadas de acordo com o Plano Anual de Contratações					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	Taxa de aderência ao Plano Anual de Contratação = Total de contratações realizadas de acordo com o Planejamento Anual de Contratações (PAC)/total contratações realizadas no ano. Obs. 1: Total de Contratações realizadas no ano compreende as previstas no PAC e aquelas realizadas extra PAC, por determinação da Administração Superior.					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	COCONP/COAAD					
Unidade responsável pela medição	SAOF					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto maior melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Plano Anual de Contratações/SEI/Atas do CONGEST					
Metas	2021 (a partir de julho): 50%	2022: 55%	2023: 60%	2024: 70%	2025: 80%	2026: 85%
Histórico da meta (se houver)	2020: 2019: 2018:					
Observação da unidade	-					
Iniciativas relacionadas	1) Encaminhar o Plano Anual de Contratações (PAC) para as unidades envolvidas, para conhecimento e execução; 2) Exigir das unidades demandantes informar se a contratação pretendida encontra-se prevista no PAC.					
Aplicabilidade imediata?	Sim					

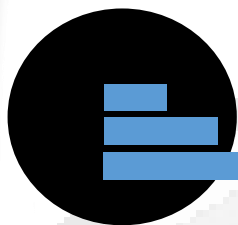
TRE-PI



FICHAS DE INDICADORES

FICHA INDICADOR						
Nome do Indicador:	Índice de absenteísmo					
Objetivo Estratégico:	Aperfeiçoar a gestão de pessoas					
Descrição (o que mede)	Aferir o percentual de ausências de magistrados e servidores (requisitados ou não) ao trabalho por motivo de doença própria					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	Índice de absenteísmo = Dias de ausência por motivo de saúde (própria ou familiar) de magistrados e servidores/(Quantidade de dias no ano+Total de magistrados e servidores no final do período)					
Periodicidade (quando)	Trimestral					
Unidade responsável pelo cumprimento	SAS					
Unidade responsável pela medição	SEMEO					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto menor, melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Sistema de Questionários do CNJ (Módulo Saúde).					
Metas	2021 (a partir de julho):	2022: 15%	2023: 10%	2024: 10%	2025: 10%	2026: 10%
Histórico da meta (se houver)	2020: 2%	2019: 2%		2018: 7%		
Observação da unidade	-					
Iniciativas relacionadas	Realização de programas de assistência à saúde voltados para as 5 maiores causas de absenteísmo verificadas no ano anterior.					
Aplicabilidade imediata?	Sim					

FICHA INDICADOR						
Nome do Indicador:	Índice de Felicidade no Trabalho					
Objetivo Estratégico:	Aperfeiçoar a gestão de pessoas					
Descrição (o que mede)	Aferir o grau de felicidade do servidor em realizar suas atividades no seu ambiente de trabalho.					
Tipo de indicador (Classificação)	Resultado					
Fórmula (como medir)	Questionário a ser aplicado pela SGP					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	SGP					
Unidade responsável pela medição	Gabinete da SGP					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto maior melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Respostas ao questionário aplicado					
Metas	2021 -	2022: incremento de 3% em relação ao ano anterior	2023: incremento de 3% em relação ao ano anterior	2024: incremento de 3% em relação ao ano anterior	2025: incremento de 3% em relação ao ano anterior	2026: incremento de 3% em relação ao ano anterior
Histórico da meta (se houver)	2020:	2019:	2018:			
Observação da unidade	-					
Iniciativas relacionadas	Realizar treinamentos na área motivacional Instituir e ampliar o regime de teletrabalho Estimular a valorização do servidor Promover ações de qualidade de vida Aprimorar o modelo de gestão de desempenho e reconhecimento Fomentar a gestão de conhecimento Implantar o modelo de gestão de competências Implantar Serviço de Apoio Psicológico Lotar servidores de acordo com a formação e/ou experiência profissional Aprimorar a sistemática de alocação de servidores					
Aplicabilidade imediata?	Não					



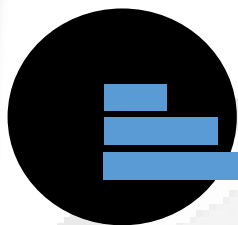
FICHAS DE INDICADORES

FICHA INDICADOR

Nome do Indicador:	Índice de governança de pessoas (iGovPessoas)					
Objetivo Estratégico:	Aperfeiçoar a gestão de pessoas					
Descrição (o que mede)	Afere o nível de maturidade da governança de pessoas					
Tipo de indicador (Classificação)	Desempenho					
Fórmula (como medir)	Questionário de Governança de pessoas aplicado pela Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica do TRE-PI					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	SGP					
Unidade responsável pela medição	Assistente do Gabinete da SGP					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto maior melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Levantamento da governança de pessoas – Questionário de autoavaliação do TCU					
Metas	2021 (a partir de julho): 53%	2022: 54%	2023: 55%	2024: 56%	2025: 57%	2026: 58%
Histórico da meta (se houver)	2020: 52%	2019:	2018:22%			
Observação da unidade						
Iniciativas relacionadas	Fomentar a gestão do conhecimento Desenvolver os mecanismos de participação dos servidores terceirizados e requisitados no planejamento das ações de gestão de pessoal Fortalecer o engajamento de servidores e colaboradores Implantar o modelo de gestão de competências Aprimorar a sistemática de alocação de servidores Aprimorar o modelo de gestão de desempenho e reconhecimento Promover ações de qualidade de vida Aprimorar a gestão do trabalho remoto Reforçar a força de trabalho para os cartórios eleitorais Adotar práticas recomendadas no IGOVPessoas do TCU					
Aplicabilidade imediata?	Sim					

FICHA INDICADOR

Nome do Indicador:	Índice de aderência do Plano de Capacitação ao mapeamento das competências					
Objetivo Estratégico:	Aperfeiçoar a gestão de pessoas					
Descrição (o que mede)	Afere o percentual de cursos considerados lacunas de capacitações pelos servidores através de avaliação pelo Sistema de Gestão por Competências - GESTCOM em relação aos cursos aprovados no Plano Anual de Capacitação – PAC.					
Tipo de indicador (Classificação)	Resultado					
Fórmula (como medir)	Aderência do PAC aos cursos apontados no GESTCOM = Capacitações apontadas no GESTCOM aprovadas no PAC x 100 / Total de capacitações aprovadas no PAC					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	COEDE / SGP					
Unidade responsável pela medição	COEDE					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quanto maior o percentual melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Sistema de Gestão por Competências – GESTCOM (aplicação bianual)					
Metas	2021 (a partir de julho): -	2022: 30%	2023: 40%	2024: 45%	2025: 50%	2026: 60%
Histórico da meta (se houver)	2020: 0%		2019: -		2018: -	
Observação da unidade						
Iniciativas relacionadas	Aplicação do Sistema Gestcom, de 2 em 2 anos, para obtenção das lacunas de capacitações das Unidades do TRE-PI.					
Aplicabilidade imediata?	Não					



FICHAS DE INDICADORES

FICHA INDICADOR						
Nome do Indicador:	iGovTIC-JUD					
Objetivo Estratégico:	Fortalecer a governança de TI e a Transformação Digital					
Descrição (o que mede)	Refere-se à pontuação alcançada na última apuração do iGovTIC-Jud, publicada pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ.					
Tipo de indicador (Classificação)	Resultado					
Fórmula (como medir)	Conforme Resolução CNJ nº 370/2021.					
Periodicidade (quando)	Anual					
Unidade responsável pelo cumprimento	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Unidade responsável pela medição	Assistente III - Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação					
Polaridade (quanto maior/menor melhor)	Quando maior melhor					
Fonte de dados (onde medir)	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ					
Metas	2021 (a partir de julho):0,80	2022:0,82	2023:0,84	2024:0,86	2025:0,88	2026:0,90
Histórico da meta (se houver)	2020: 0,75		2019: 0,75		2018: 0,70	
Observação da unidade	A Resolução CNJ nº 211/2015, que estabelecia a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o período de 2015 a 2020, foi revogada pela Resolução CNJ nº 370/2021, que estabelece a ENTIC-JUD 2021-2026. Tal mudança pode gerar impacto na evolução histórica desse indicador.					
0Iniciativas relacionadas	Iniciativas elencadas no Plano de Trabalho de Trabalho para atendimento aos critérios estabelecidos na Resolução CNJ nº 370/2021.					
Aplicabilidade imediata?	Sim					

TRE-PI